



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Estrasburgo, 23 de outubro de 2019

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício de 2018 na sessão plenária do Parlamento Europeu

Estrasburgo, 23 de outubro de 2019

Em caso de diferenças,
faz fé o discurso proferido.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Senhor Presidente,

Exmos. Deputados,

Exmos. representantes da Presidência do Conselho,

Exmo. Senhor Comissário Günther Oettinger,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com enorme prazer que estou aqui hoje perante V. Exas., juntamente com o meu caro colega Lazaros Lazarou, para dar início ao procedimento de quitação deste ano com o Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício financeiro de 2018. Por que motivo estou hoje aqui? Para lhes apresentar uma breve descrição da gestão financeira da UE. No seu Relatório Anual e, em especial, na sua declaração de fiabilidade, o Tribunal avalia se o dinheiro que o Parlamento introduziu no orçamento do ano passado foi despendido de forma legal, regular e, naturalmente, eficaz.

O Tribunal auditou as **contas** consolidadas da UE relativas ao exercício de 2018. Na nossa opinião, estas contas apresentam fielmente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira da UE e não estavam afetadas por distorções materiais; por outras palavras, emitimos uma opinião sem reservas.

Em segundo lugar, relativamente às **receitas** que fluem para o orçamento da UE, o Tribunal não encontrou um nível significativo de erros.

Em terceiro lugar, no que se refere às **despesas**, o Tribunal estimou o nível de erro em 2,6%¹. Este valor significa que estimamos que 2,6% dos pagamentos não deveriam ter sido pagos a partir do orçamento da UE, uma vez que não foram utilizados em conformidade com as regras da União. No entanto, esta estimativa geral ofusca uma distinção importante: a forma de desembolso dos fundos tem um forte impacto sobre o risco de erro.

Quanto às despesas sujeitas a regras complexas, que representam cerca de metade do orçamento da UE² e consistem sobretudo em "**pagamentos baseados em reembolsos**", em que os beneficiários têm de apresentar pedidos de reembolso de custos elegíveis por eles incorridos (pensem, por exemplo, em projetos de investigação, projetos relacionados com o emprego, projetos de desenvolvimento regional e rural e projetos de desenvolvimento em países terceiros), o nível de erro foi estimado em 4,5%.

¹ Limite inferior: 1,8%; nível de erro estimado: 2,6%; limite superior: 3,4%. RA 1.15

² 50,6%.

Por outro lado, o risco de erro é inferior no caso das despesas sujeitas a regras mais simples, principalmente "**pagamentos baseados em direitos**", em que os beneficiários recebem o pagamento se preencherem determinadas condições (pensem nas ajudas diretas aos agricultores, nas despesas administrativas, nas bolsas de estudantes ou no apoio orçamental a países terceiros). Por outras palavras, cerca de 50% da população de auditoria estão **isentos** de erros materiais.

Por estes motivos, pelo terceiro ano consecutivo, o Tribunal emitiu uma "**opinião com reservas**" sobre as despesas – ou seja, disse "sim, mas". Consideramos como um sinal encorajador o facto de a Comissão e os Estados-Membros terem continuado os progressos registados nos dois anos anteriores. Os nossos auditores encontraram algo de bom a dizer sobre os domínios de baixo risco mas, ao mesmo tempo, continuam a existir problemas graves que ainda têm de ser resolvidos nos de alto risco.

No âmbito da sua própria estratégia plurianual, o Tribunal de Contas decidiu basear a sua declaração de fiabilidade num trabalho de certificação, o que significa que, no futuro, pretende apresentar garantias sobre a declaração de gestão da Comissão, que por sua vez recorre aos seus próprios controlos e àqueles realizados a nível nacional, no caso da gestão partilhada.

Estamos, por isso, a progredir com a Comissão para estabelecer as condições necessárias para avançar no sentido do trabalho de certificação; aproveito esta oportunidade para agradecer ao Comissário Oettinger pelo seu apoio e aguardo com expectativa a oportunidade de prosseguir nesta via com o seu sucessor. Estou convencido de que "o caminho faz-se caminhando", ou seja, com **passos concretos**, talvez pequenos passos de início, para alcançar este objetivo de senso comum que é o de poder confiar no trabalho já feito por outros.

Exmos. Deputados, os vários capítulos do Relatório Anual do Tribunal, que está disponível em todas as línguas da UE, apresentam informações mais aprofundadas sobre as conclusões e recomendações relativas a cada rubrica do QFP. Tive já a oportunidade, há duas semanas, de me alongar sobre os pormenores de cada capítulo perante a Comissão do Controlo Orçamental. Uma vez que muitos dos Exmos. Deputados estavam presentes, não entrarei aqui em pormenores.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Existe, contudo, um ponto que não posso uma vez mais deixar de salientar: encontramos-nos num **momento decisivo**: uma nova legislatura, um Estado-Membro em vias de retirada da UE e os restantes 27 Estados-Membros na última fase de negociações sobre o Quadro Financeiro Plurianual para o período de 2021-2027. O nosso trabalho de auditoria, que hoje vos apresentei, mostra que, apesar dos muitos problemas que subsistem, pelo terceiro ano consecutivo a UE foi coerente no cumprimento de **elevados** padrões de responsabilização e transparência na utilização de fundos públicos. Esperamos que a nova Comissão e os Estados-Membros **prossigam** e **elevem** este esforço. Contamos com a colaboração de todos os Exmos. Deputados aqui presentes para o assegurar.

Muito obrigado pela vossa atenção.